REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Economia a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação do Projeto de Lei Complementar 46/2019.

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Economia, o presente pedido de informações, visando a obtenção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro nos exercícios de 2020 e 2021, acompanhada da memória e das premissas e metodologia de cálculo utilizadas (conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias), em decorrência da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2019, sob nossa relatoria.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2019, sob nossa relatoria, que tenciona estabelecer que o ato declaratório de exclusão do Simples Nacional, na hipótese da empresa optante incorrer na vedação prevista no art. 17, caput, V, da LCP nº 123/2006, especifique um prazo mínimo de 90 (noventa) dias para que seja promovido o pagamento ou o pedido de parcelamento ou compensação do respectivo débito.

A iniciativa, se aprovada, tem potencial de acarretar aumento de renúncia de receita tributária da União, e, como tal, sua tramitação deve submeter-se ao comando constitucional contido no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguir transcrito: